

CANDONGUEIRO IGUAL A BANDIDO ARMADO

Domingo

20/2/83

Tudo isto a população de Chibuto soube compreender claramente e expressar a sua exigência de que o Poder Popular seja exercido para que alcancemos no mais breve espaço de tempo, a paz tão necessária para que o Povo moçambicano possa livremente construir o seu futuro de prosperidade.

No comício realizado na passada terça-feira e orientado pelo Presidente Samora Machel, a população de Chibuto, que afluía à sede distrital, vindo das mais longínquas localidades, dialogou com o mais destacado dirigente da Nação moçambicana, expressando a sua satisfação pelo facto de naquela região terem já sido praticamente varridos os bandidos que perpetravam verdadeiros massacres e tentavam impedir a população de livremente construir a sua felicidade.

Um dos pontos mais prementes abordados no comício é o que se relaciona com a necessidade de o nosso Poder Popular se defender e de que o poder seja realmente exercido. Foi na sequência do diálogo que manteve com a população sobre este aspecto que o Chefe do Estado moçambicano referiu: **Agradecemos a organização e a disciplina aqui demonstradas e sobretudo, o terem-nos chamado a atenção para o facto de o Governo não exercer o poder.**

Com efeito, a população não só de Chibuto como também de toda a província de Gaza e de outras províncias afectadas pela guerra, tendo já entendido a verdadeira natureza dos bandidos armados,

compreendeu também que com este género de escória não há possibilidade de conciliação. Não há com esta escória, mas também não pode haver com os candongueiros.

Os bandidos armados não são criminosos vulgares. Os quizumbas não têm vontade própria. São autómatos utilizados pelo nosso inimigo principal, o regime do «apartheid», para destruir lares e bens das populações e impedir o nosso livre desenvolvimento, na tentativa de nos manter eternamente dependentes.

Por seu turno, os candongueiros, são também criminosos que procuram travar o ritmo do nosso desenvolvimento. Roubam, corrompem, prostituem, vivem como parasitas no seio do povo, vivem na luxúria à custa do suor do Povo.

E como têm sido tratados estes dois tipos de instrumentos do nosso inimigo?

No que diz respeito aos bandidos armados, foi o que se viu. A situação em toda a província de Gaza está praticamente controlada pelas nossas forças de Defesa. Em cerca de dois meses de actualização intensa e sistemática das Forças Armadas de Moçambique (FPLM), quase que já não se ouve falar dos crimes praticados pelos quizumbas. Portanto, aí o poder, a força do nosso poder fez-se sentir para punir este tipo de criminosos.

Mas e a outra faceta? Os candongueiros como têm sido tratados? Disse a população de Chibuto, como diria a população de qualquer outro ponto do País onde se faz sentir com acuidade a ac-

ção dos candongueiros, que estes, muitas vezes denunciados pelo povo, sofrem punições que são demasiado brandas, o que os leva a voltarem a praticar logo que saem da cadeia, o mesmo tipo de crimes, às vezes já mais abertamente que antes. Porque aí o poder não está a ser correctamente exercido. Contra os candongueiros, o Governo tem estado a ser demasiado branda. «Criticar» um candongueiro é perder tempo. O candongueiro deve ser punido como bandido que é, deve ser punido da mesma forma que se pune o bandido armado.

Com a mesma violência revolucionária devem ser punidos os bandidos armados e os candongueiros.

No decurso deste diálogo com a população, o Presidente Samora Machel referiria: **Brincamos com este nosso poder. Não estamos a definir correctamente os inimigos actuais do Povo moçambicano, da revolução e do socialismo.**

Existem instrumentos para castigar os que praticam crimes contra o povo. É preciso utilizá-los. Para isso, deve-se recorrer à longa experiência do Povo moçambicano, devem os candongueiros e bandidos ser punidos segundo métodos construídos em função da sociedade que estamos a edificar, uma sociedade de paz, tranquilidade e bem-estar social.

É o povo quem exige isto. A população de Chibuto foi portadora da mensagem de todo o Povo moçambicano, ao exigir que o Estado e seus órgãos saibam exercer o poder.